

RECURSO ESPECIAL Nº 1.514.220 - SC (2015/0033648-1)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
RECORRENTE : GETULIO CARLOS CASSANEGO
ADVOGADOS : ALDO AYRES TORRES E OUTRO(S) - RS044991
MATHEUS PORTELLA AYRES TORRES - RS057727
SILVESTRE JASSON AYRES TORRES - RS059050
ANDRÉIA ZAGO - RS072645
RECORRIDO : UNIÃO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO RECORRIDO. OMISSÃO. VÍCIO NÃO CONFIGURADO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. NÃO CONHECIMENTO. LICENÇA-PRÊMIO. CONVERSÃO EM PECÚNIA. PERÍODO DE TRABALHO ANTERIOR À LEI N. 8.112/1990. INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO CONTÍNUO. IMPOSSIBILIDADE.

1. Inexiste violação do art. 535 do CPC/1973 quando o acórdão recorrido fundamenta claramente seu posicionamento, de modo a prestar a jurisdição que lhe foi postulada.
2. A comprovação da divergência jurisprudencial, na forma dos arts. 541 do CPC/1973 e 255 do RISTJ, demanda o cotejo analítico dos acórdãos confrontados, com demonstração da similitude fática existente entre eles. Não havendo essa semelhança, impossível o conhecimento do recurso no ponto.
3. Por força do art. 243, *caput*, da Lei n. 8.112/1990, são regidos pelo regime dessa lei os servidores dos poderes da União então submetidos à disciplina da Lei n. 1.177/1952 ou da CLT. A situação de atividade era, portanto, requisito para o gozo das vantagens e exigência dos deveres previstos na lei nova.
4. A licença-prêmio por assiduidade, auferível após cada quinquênio ininterrupto de exercício, foi antecedida pela licença especial da Lei n. 1.711/1952 e sempre constituiu uma retribuição pela longa vinculação do servidor ativo ao Estado.
5. A única interpretação que compatibiliza as disposições dos arts. 87, 100 e 243 da Lei n. 8.112/1990 é a que admite o cômputo de período anterior, para o fim de premiação, de quem era servidor no momento da edição dessa nova lei.
6. Se o autor, no início da vigência da Lei n. 8.112/1990, não era funcionário público, não faz jus ao benefício da licença-prêmio por período trabalhado entre 15/3/1977 e 15/3/1982.
7. "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso

especial" (Súmula 7/STJ).

8. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, conhecer em parte do recurso e, nessa parte, negar-lhe provimento, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Mauro Campbell Marques, Assusete Magalhães, Francisco Falcão (Presidente) e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro Og Fernandes
Relator

